



Brasil exige uma nova política, dizem senadores em Plenário

Geraldo Magela/Agência Senado



Dante de Paulo Paim e Cristovam Buarque, Pedro Simon (E) afirma que Dilma deve assumir papel de comando pelo diálogo

Enquanto Dilma preparava pronunciamento à nação, parlamentares afirmaram que novos anseios do povo apontam para a necessidade de repensar o sistema

Reforma política foi a tônica dos pronunciamentos de senadores na sexta-feira, enquanto a presidente Dilma Rousseff fazia reuniões durante todo o dia com ministros para debater as manifestações que levaram mais de 1 milhão de brasileiros às ruas em todo o país.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, foi um dos participantes de reuniões com Dilma, que fez pronunciamento à nação, em rede nacional, na noite de sexta. Segundo o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, o governo terá de atender “ao novo padrão de exigência” da população. **3**

Em debate hoje, drones e logística de transportes

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os senadores tratarão da regulamentação das aeronaves não tripuladas. Na Comissão de Serviços de Infraestrutura, discutirão a situação dos portos e do transporte aquaviário no país. **4**

Navio graneleiro chega ao Porto de Santos: senadores continuam ciclo de debates sobre o logístico do país



Lei sobre autonomia de delegados é sancionada

Empresários falam hoje à Comissão da Lei de Licitações

— 2 —



Carlos Eduardo Mattos (E), Marco Antônio Leite, Confúcio Moura, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Célio Renato da Silveira, Eliotério Valerio Campos e Lúcio Mosquini em reunião da CRA em Rondônia

Em Rondônia, comissão discute federalização de estrada

A Comissão de Agricultura (CRA) realizou audiência, na sexta-feira, em Espigão do Oeste (RO), para discutir a federalização da Rodovia

RO-387. De acordo com Acir Gurgacz, a medida vai favorecer a integração dos estados da região amazônica, movimentar economia e turismo

locais e melhorar as condições de frete. O senador defendeu a criação de um programa nacional de manutenção de estradas vicinais. **4**

Dilma vetou o trecho da proposta que dizia que delegado deve agir conforme o "livre convencimento"; para críticos do texto, isso permitiria a policial ignorar pedidos apresentados pelo Ministério Público

Sancionada lei que amplia autonomia dos delegados

ENTROU EM VIGOR a lei que garante maior autonomia aos delegados de polícia. A Lei 12.830/2013 foi publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*. A presidente Dilma Rousseff vetou o trecho do texto que dizia que o delegado deveria conduzir a investigação criminal segundo o "livre convencimento técnico-jurídico". O dispositivo foi criticado por parlamentares porque poderia interferir nas atribuições de outros agentes públicos.

Pedro Taques (PDT-MT) manifestou preocupação quanto à possibilidade de o delegado se recusar a praticar atos requisitados pelo Ministério Público.

O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Humberto Costa (PT-PE), negou que o texto represente interferência na competência de outros órgãos



Pedro Taques, que criticava o trecho sobre o "livre convencimento"



Humberto Costa, para quem o texto não prejudica o Ministério Público

na investigação criminal.

Segundo o voto presidencial, a referência a convencimento técnico-jurídico "poderia sugerir um conflito com as atribuições investigativas de outras instituições".

A lei estabelece que o delegado só poderá ser afastado da investigação se houver motivo de interesse público ou

descumprimento de procedimentos previstos no regulamento da corporação que possam prejudicar os resultados investigativos. O ato dependerá de despacho fundamentado por parte do superior hierárquico. A exigência de ato fundamentado também é prevista para a transferência do delegado para outro órgão.

Pinheiro defende retirada da PEC 37

Walter Pinheiro (PT-BA) solicitou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, um entendimento com a Câmara dos Deputados para a retirada de pauta da proposta que restringe a investigação criminal às Polícias Federal e Civil. A aprovação da PEC 37/2011 impediria o Ministério Público de abrir inquéritos.

O senador falou com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, defendendo o texto

"que verdadeiramente possa tratar do fortalecimento e das atribuições de instituições". Segundo o senador, o caminho deve ser um projeto de lei elaborado conjuntamente pelas duas Casas, e não uma PEC.

A votação da PEC 37 foi adiada após recomendação de grupo de trabalho que acompanha a tramitação da matéria. A previsão é de que nesta semana seja definida uma nova data para a votação.



Senador sugere que Câmara e Senado elaborem proposta conjunta

Comissão da Lei de Licitações ouve empresários hoje

A Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações realiza hoje a primeira audiência pública. Os convidados vão apresentar sugestões para o aperfeiçoamento do sistema licitatório adotado atualmente no Brasil.

Em vigor há 20 anos, a Lei 8.666/1993 já recebeu mais de 600 propostas de mudanças, apresentadas por deputados,

senadores e até pelo Poder Executivo.

Hoje, os parlamentares ouvirão entidades da sociedade civil, como a Confederação Nacional do Transporte (CNT), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e a Associação Nacional das Empresas de Engenharia

Consultiva de Infraestrutura de Transportes (Anetrans).

Presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB), a comissão tem como relatora Kátia Abreu (PSD-TO) e como relator-revisor Waldemir Moka (PMDB-MS).

O grupo de trabalho deve se reunir por dois meses. O período pode ser prorrogado por mais dois meses.

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Renan Calheiros
- Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana
- Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá
- Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro
- Segunda-secretária:** Ângela Portela
- Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira
- Quarto-secretário:** João Vicente Claudino
- Suplentes de secretário:**
 - Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner
 - Diretora-geral:** Doris Peixoto
 - Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

SEGUNDA

PLENÁRIO Grande Oriente

11h Sessão especial para comemorar os 191 anos de fundação do Grande Oriente do Brasil. A sessão não deliberativa tem início às 14h.

CDH Assédio moral

9h A Comissão de Direitos Humanos discute em audiência pública o assédio moral e a discriminação sofrida por servidores federais no Brasil e no exterior.

CRE Veículo aéreo não tripulado

15h Audiência pública debate a regulamentação do uso dos veículos aéreos não tripulados, os drones. A Comissão de Relações Exteriores ouve, entre outros convidados, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, Sami Youssef Hassuan.

CI Logística de transportes

18h Portos e transporte aquaviário serão debatidos na Comissão de Serviços de Infraestrutura, que realiza audiência pública sobre financiamento e gestão de transportes no país.

LEI DE LICITAÇÕES Audiência

18h A Comissão Temporária da Lei de Licitações e Contratos realiza audiência para ouvir sugestões de entidades representativas de diversos setores.

CCT Células-tronco

9h Audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia discute o uso de células-tronco e suas aplicações.

CÓDIGO PENAL Reunião

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

CAE Rumos da economia

10h Avalia proposta que dá à Polícia Federal competência para investigar crimes contra o sistema financeiro. Às 11h30, audiência sobre os rumos da economia com professor Luiz Gonzaga Belluzzo.

CE Enem obrigatório

10h30 Em pauta, projeto que torna obrigatório aos alunos do ensino médio prestar o Exame Nacional do Ensino Médio e proposta que dá à órfãos prioridade no financiamento do Fies e no ProUni.

TERÇA

REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

9h Audiência pública conjunta da sub-comissão do marco regulatório da mineração em terras-raras e da Comissão de Ciência e Tecnologia debate ações para aproveitamento dos minerais, estratégias para o país, com a criação de marco regulatório que possibilite o desenvolvimento de cadeia produtiva para o setor.

LEI DE ARBITRAGEM Juristas

9h Reunião da comissão de juristas destinada a elaborar o anteprojeto da Lei de Arbitragem.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE CÉLULAS-TRONCO

9h Audiência pública conjunta da sub-comissão do marco regulatório da mineração em terras-raras e da Comissão de Ciência e Tecnologia debate ações para aproveitamento dos minerais, estratégias para o país, com a criação de marco regulatório que possibilite o desenvolvimento de cadeia produtiva para o setor.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

9h Audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia discute o uso de células-tronco e suas aplicações.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE CÓDIGO PENAL

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE CÉLULAS-TRONCO

9h Audiência pública conjunta da sub-comissão do marco regulatório da mineração em terras-raras e da Comissão de Ciência e Tecnologia debate ações para aproveitamento dos minerais, estratégias para o país, com a criação de marco regulatório que possibilite o desenvolvimento de cadeia produtiva para o setor.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

9h30 Reunião de trabalho com os membros da comissão de reforma da Lei de Execução Penal.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAIS

Senadores dizem que política precisa se renovar

Enquanto a presidente Dilma Rousseff fazia reuniões com ministros durante toda a sexta-feira para discutir as manifestações que levaram mais de 1 milhão de pessoas às ruas do país, senadores demonstraram em Plenário preocupação com as demandas populares e a necessidade de reforma política.

A presidente cancelou viagens ao Japão e a Salvador e se reuniu com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para preparar o pronunciamento à nação com veiculação em rede nacional de rádio e televisão na sexta-feira. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, disse que o governo terá

de “correr atrás” para atender “ao novo padrão de exigência” da população.

Dilma se reuniu também com o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Raymundo Damasceno. A entidade divulgou nota de solidariedade aos protestos, com ressalva para condenar a violência.



Antes de abraço simbólico de servidores, funcionário inicia limpeza no espelho d'água do Palácio do Itamaraty, que na quinta-feira sofreu tentativa de invasão e depredação de grupos mais violentos

Pedro França/Agência Senado

Cristovam defende reforma política e fim dos partidos

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu na sexta-feira uma reforma política e o fim dos partidos, como resposta aos anseios dos manifestantes pelo país. O senador disse que na quinta-feira assinou, com seis senadores, uma proposta de Assembleia Constituinte exclusiva para fazer a reforma política no prazo de um ano.

— Talvez seja a hora de dizermos: estão abolidos todos os partidos. E vamos trabalhar para saber o que é que a gente põe no lugar — disse.

O senador ressaltou o papel das redes sociais como forma de políticos dialogarem com o povo, mas disse que os parlamentares não estão sabendo como levar as reclamações das pessoas ao Congresso. Ele também falou que a presidente Dilma Rousseff deveria reconhecer os erros de governo e agir mais como estadista e menos como “xerife”.

Ele disse estar feliz por viver esse momento de crise, que o desafia como político.

Simon critica PT por convocar militância para protestos

Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo ao PT para que não estimule a participação dos militantes em manifestações de rua expondo camisas e bandeiras do partido. O senador classificou de inconveniente esse tipo de confrontação, já que “desde o início dos protestos de rua, líderes e participantes vêm se manifestando contra o engajamento formal de partidos”.

Simon ainda disse esperar que a presidente Dilma Rousseff fale à nação a respeito do quadro político após as manifestações no país.

— Esse será o mais importante pronunciamento de Dilma, estando seu prestígio e mesmo sua reeleição amarrados ao que dirá em resposta ao recado que está vindo das ruas — afirmou.

Para o senador, ela deve assumir papel de comando, não pelo “grito” e sim pelo diálogo, mas deixar claro que acabou a tolerância com a política de barganhas.

“A Copa será aqui”, afirma Paim sobre notícias de substituição

Ao comentar a notícia de que a Inglaterra teria se candidatado a sede da Copa de 2014, substituindo o Brasil devido às recentes manifestações no país, Paulo Paim (PT-RS) protestou em Plenário, afirmando que “isso não acontecerá”.

— Nós faremos a Copa aqui. Ou a Fifa vai nos devolver os R\$ 30 bilhões de investimentos na Copa? — questionou, acrescentando que “os estádios estão prontos”.

Paim lembrou que a Fifa “impôs a qualidade dos estádios [que sediarão os jogos] e impôs a liberação das bebidas alcoólicas [durante os jogos]”, além de fazer uma série de restrições à meia-entrada.

— Agora, Fifa, não venha com um discurso fácil contra um ato democrático e legítimo da juventude brasileira — criticou.

Paim disse ainda que a postura da Inglaterra foi “desleitante” em um momento no qual o Brasil, em meio às manifestações, discute mais avanços democráticos.

Sistema eleitoral deve aproveitar melhor a internet, destaca Viana

Para Jorge Viana (PT-AC), as manifestações que tomaram conta de diversas cidades brasileiras resultaram, em parte, do envelhecimento das instituições, em especial os partidos políticos. Ele disse que o sistema eleitoral brasileiro já deveria ter se apropriado da comunicação via internet em práticas como o financiamento de campanhas e o controle de gastos nas eleições. O senador acredita que partidos e governos deveriam abrir novos canais de comunicação com a população.

Viana disse que a inclusão social resultou na elevação da exigência dos brasileiros, hoje inseridos na revolução tecnológica que possibilitou a comunicação em tempo real.

— Temos um PIB cinco vezes maior do que há dez anos, um salário mínimo quatro vezes maior, 40 milhões de pessoas que acessaram a classe C, temos o pleno emprego. Mas que novas reivindicações vieram junto com essas conquistas?

Para Rollemberg, população já não aceita o “rouba, mas faz”

O combate à corrupção é a principal reivindicação da população e o grande desafio do Congresso Nacional é interpretar as manifestações e efetivar uma agenda que responda à vontade popular. Essa é a avaliação de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), feita na sexta-feira, em Plenário, ao comentar as manifestações ocorridas em todo o país.

Rollemberg observou que as várias bandeiras levantadas pela juventude têm conexão entre si e a maioria delas depende dos parlamentares, uma vez que podem aprovar projetos de lei que atendam os anseios populares ou rejeitar os que são contrários a eles.

Na avaliação do senador, a população reconhece que houve avanços sociais, mas sabe que, sem desvio de recursos públicos, pode ser feito muito mais.

— A evolução do processo democrático faz com que a população não aceite mais o tal de “rouba, mas faz”.



Cristovam assinou proposta de Constituinte para reforma política



Simon espera pronunciamento de Dilma sobre o quadro político



Para Paim, proposta da Inglaterra de sediar a Copa foi “desleitante”



Viana acredita que inclusão social aumentou exigência dos brasileiros



Rollemberg quer uma agenda que responda à vontade popular

Federalização de rodovia em RO é tema de debate

Segundo debatedores, a medida pode tornar a RO-387 uma via de escoamento de alimentos até a capital, Porto Velho, e movimentar o turismo e a economia locais

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizou audiência pública, na sexta-feira, em Espigão do Oeste (RO), para discutir a federalização da Rodovia RO-387, que liga a cidade a trecho da BR-364 em Pimenta Bueno (RO).

De acordo com o vice-presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), que presidiu a reunião, a medida favorecerá a integração dos estados da região amazônica, sobretudo de Rondônia e Mato Grosso, além de movimentar a economia e o turismo locais e melhorar as condições de frete.

O parlamentar argumenta que a estrada tem todas as condições de se tornar federal, pois não liga apenas dois municípios e dois estados, mas estabelece uma nova conexão da região produtora de soja de Mato Grosso com a BR-364, para escoamento da produção até Porto Velho, ou com a BR-104, cuja pavimentação entre



Estrada que liga Espigão do Oeste a Pimenta Bueno, em Rondônia, pode se tornar uma conexão para a produção de soja

Aripuanã (MT) e Manicoré (AM) estaria nos planos do governo federal.

O diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagem de Rondônia (DER-RO), Lúcio Mosquini, informou que o governo estadual deverá executar o rebaixamento de duas serras localizadas na RO-387, preparando a rodovia para a federalização.

Carlos Eduardo de Almeida Mattos, analista do Departamento de Infraestrutura de Transportes (Dnit), explicou que a federalização passa, inicialmente, pela apresentação de um projeto de lei, pela bancada federal de Rondônia, propondo a criação de uma rodovia federal cujo traçado seja coincidente com o da RO-387. De acordo com o técnico,

somente após a aprovação de tal projeto, o Dnit poderá passar a administrar a estrada, tomando as providências necessárias à pavimentação asfáltica.

Participaram da audiência pública os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Ivo Cassol (PP-RO) e os deputados federais Eliene Lima (PSD-MT) e Marinha Raupp (PMDB-RO),

que se comprometeram a lutar pela federalização da rodovia.

Também presentes o governador do estado, Confúcio Moura, o deputado estadual de Rondônia Kaká Mendonça (PTB) e prefeitos de municípios de Rondônia e de Mato Grosso vizinhos a Espigão do Oeste, como Cacoal (RO) e Rondolândia (MT).

Ao final do encontro, Marco Antônio Viana Leite, coordenador do Programa Mais Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, anunciou a distribuição, pelo governo federal, de máquinas e caminhões a 45 prefeituras de Rondônia, destinadas à manutenção de estradas vicinais no estado.

Após a intervenção do representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Acir Gurgacz defendeu a criação de um programa nacional de manutenção de estradas vicinais, financiado com recursos do governo federal.

Senado debate portos, drones e assédio moral sofrido por servidores no exterior

O Senado realiza hoje três audiências públicas. Elas tratarão dos portos e do transporte aquaviário, dos *drones* (veículos aéreos não tripulados) e do assédio moral sofrido por funcionários públicos federais.

O debate sobre portos e transporte aquaviário será realizado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), dando continuidade ao ciclo de discussões sobre financiamento e gestão de transportes.

A realização do ciclo Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país foi requerida por Fernando Collor (PTB-AL), presidente da comissão.

Foram convidados para debate representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Os cidadãos que quiserem



Porto de Paranaguá (PR): infraestrutura portuária é avaliada em ciclo de debates

participar com perguntas poderão ligar para o Alô Senado (0800 612211) ou enviar as questões pelo site do Alô Senado (www.senado.gov.br/senado/alosenado), pelo Twitter ou pelo Facebook. O debate começa às 18h.

Regulamentação

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) debaterá a regulamentação, para uso civil, comercial e

militar, dos veículos aéreos não tripulados (vants ou *drones*).

Existem mais de 200 equipamentos do tipo no Brasil, sem que exista regulamentação por parte dos órgãos competentes para a utilização, argumenta Ana Amélia (PP-RS) no requerimento para realização da audiência pública.

Para o debate, foram convidados representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do Ministério da



Regulamentação do uso de veículo aéreo não tripulado é um dos temas da pauta

Defesa, do Ministério da Justiça e da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança.

Os cidadãos poderão acompanhar e participar, em tempo real, a partir das 15h, pelo link bit.ly/CREDrones do Portal e-Cidadania.

Discriminação

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debaterá

assédio moral e discriminação contra servidores federais no Brasil e no exterior. A audiência foi pedida por Paulo Paim (PT-RS).

Nos últimos meses, a imprensa noticiou casos de assédio moral e sexual, além de atos discriminatórios, sofridos por servidores do Ministério das Relações Exteriores no Brasil e em embaixadas no exterior. Há também denúncias de assédio moral em órgãos públicos.

Senado e Câmara se reúnem para elaborar Portal do Congresso

O Portal do Congresso Nacional na internet deve entrar no ar na primeira semana de julho, previu a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, que, na sexta-feira coordenou reunião para acertar procedimentos de elaboração da ferramenta e da minuta de um ato para constituição de um comitê gestor do portal.

Informações que hoje estão esparsas nos sites das duas Casas ou que não estão

disponíveis na internet, porque não fazem parte das tramitações específicas da Câmara dos Deputados ou do Senado, poderão ser encontradas pelo cidadão no portal.

— É um reforço à transparência — afirmou Claudia Lyra.

A secretária-geral ressaltou que trata-se de uma iniciativa pioneira de gestão colaborativa e compartilhada de conteúdos entre estruturas administrativas das Casas, a partir de

determinação do presidente do Congresso, Renan Calheiros.

Participaram da reunião a chefe de gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, Cláudia Alarcão; o consultor-geral do Senado, Paulo Mohn; os secretários de Comunicação do Senado, Davi Emerich, e da Câmara, Sergio Chacon; o diretor do Prodasen, Afrânia Moreira; e representantes do Centro de Informática da Câmara (Cenin).



Claudia Lyra (E) coordena reunião de grupo que definirá conteúdo do portal